

Caça a jacaré no livro paulista

CRISTINA CHRISTIANO

É possível imaginar 559 constituintes eleitos por 60 milhões de brasileiros, reunidos em plenário, discutindo se devem ou não incluir na futura Carta Magna do País que o técnico da seleção brasileira de futebol seja escolhido por um plebiscito nacional, se proibem programas políticos apresentados por Gil Gomes e Afanásio Jazadji, se elaboram uma lei permitindo a caça ao jacaré ou então se acabam com a lei que anula o matrimônio quando a mulher é deflorada antes do casamento? Não. Não se trata de nenhuma brincadeira. Estas são algumas das cerca de 5.000 propostas do povo paulista, incluídas no livro "As sugestões do povo de São Paulo à Assembléia Nacional Constituinte", que a Secretaria da Descentralização e Participação do Governo do Estado de São Paulo começa a distribuir esta semana aos representantes da bancada paulista na Câmara e no Senado e posteriormente aos demais constituintes, como contribuição da população paulista à elaboração da nova Constituição.

O livro, com capa plastificada e colorida, foi elaborado durante o período de maio de 1985 a 25 de janeiro, através de um sistema de telefonia chamado "linha direta para a Constituinte", que atendia a Capital e o Interior. Uma equipe da Secretaria da Descentralização e Participação anotava as sugestões e depois passava-as para o computador, codificando-as por assuntos. A primeira via era posteriormente enviada ao autor da sugestão junto com a cartilha "Você é a Constituinte", que explica o que é a Constituição e a importância da participação do povo nos trabalhos dos constituintes.

As sugestões do povo paulista — a primeira delas é do governador Franco Montoro, que inaugurou o sistema linha direta — foram agrupadas em cinco blocos: Organização Nacional, que trata de reivindicações do funcionalismo público e representa 24% do total das propostas à Constituinte; Declaração dos Direitos da Cidadania, que contém sugestões sobre direitos e garantias indivi-

duais e reúne 30% das contribuições; Ordem Econômica e Social, que agrupa idéias sobre direitos trabalhistas, censura e reforma agrária, e representa 17% das propostas; Família, Educação e Cultura, que trata do problema do menor, controle de natalidade, divórcio e religião, e contém 13% das sugestões; e Outros Assuntos, como consumidor, transporte e habitação, que reúne 16% das propostas.

Estatísticas da Secretaria da Participação e Descentralização revelam que a média de idade das pessoas que apresentaram sugestões à Constituinte é dos 30 aos 50 anos e que 51% das propostas foram de homens, 48% de mulheres e 1% de grupos e associações.

O livro, já entregue pelo governador Franco Montoro aos presidentes da Constituinte, Ulysses Guimarães; do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves; e do Senado, Humberto Lucena, durante a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, será lançado oficialmente no dia 24 próximo, na Secretaria da Descentralização e Participação. Foram impressos inicialmente 600 exemplares na Imprensa Oficial do Estado, ao custo de Cr\$ 300 mil, para serem encaminhados aos constituintes.

AS SUGESTÕES DO POVO

Das cerca de 5.000 propostas do povo paulista à Assembléia Nacional Constituinte, as mais solicitadas foram a aposentadoria da mulher aos 25 anos de serviço e aos 30 anos para o homem, implantação da pena de morte para crimes violentos, em especial o de estupro; igualdade de direitos e equiparação salarial para homens e mulheres, voto não obrigatório, direito ao voto para cabos e soldados, antecipação da maioridade para os 16 anos e criação de prisões agrícolas. Também foi sugerido por várias pessoas que o assaltante responsável pelo assassinato de um pai de família seja obrigado a trabalhar o resto de sua vida para sustentar os familiares da vítima, bem como que seja instituída a obrigatoriedade de pagamento de Imposto de Renda pa-

ra deputados, militares e juizes, e a elaboração de uma lei obrigando a publicação em jornais do nome dos deputados e senadores que comparecem ou não nas sessões do Congresso e que as faltas fossem descontadas. Além disso, muitos pediram o fim dos jetons.

Mas a maior parte das sugestões apresentadas nada tem a ver com a elaboração da nova Constituição, o que torna o livro uma verdadeira colcha de retalhos, não por culpa do povo, mas sim de quem o elaborou. Entre essas propostas estão a proibição de qualquer tipo de operação no corpo humano, a criação de uma lei proibindo os hospitais de deixarem a mulher dar a luz à filhos que não pode criar, extinção do Senado, "por ser inútil, dispensável e cabide de empregos"; obrigatoriedade de fabricação de almoços enlatados ou refeições em conserva, proibição do uso discriminatório dos elevadores de serviço, construção de banheiros públicos com chuveiros para os mendigos, proibição de transportar animais domésticos em carros particulares, proibição de desenhar óculos, barba e bigodes nas figuras das notas de cruzado, elaboração de uma lei garantindo ao homem sete dias de licença quando a mulher tiver filhos, entre outras.

Outra sugestão que confirma a inutilidade do livro é a de um industrial preocupado em acabar com a delinquência do menor que pede aos constituintes para elaborar uma lei que torne não obrigatório o pagamento de salário para menores de 18 anos. Também foi proposto que, em caso de separação ou divórcio, os filhos sejam divididos igualmente entre o pai e a mãe e, quando eles forem em número ímpar, que a mulher fique com o número maior. Outra sugestão é que seja criada em todas as cidades brasileiras comissões de moças, senhoras e rapazes para prepararem bolos, quitutes, pães e pizzas para serem doados aos orfanatos, escolas, favelas, asilos e prisões. Foram sugeridas ainda a proibição de servir comidas e bebidas não nacionais em recepções oficiais e de o presidente da República falar de política.

O QUE PENSAM OS CONSTITUINTES

Para o senador Mário Covas (PMDB) — o político eleito com maior número de votos em toda a história do Brasil —, que ainda não conhece o livro, tudo o que vem do povo reflete uma aspiração de participar, que é a base dos trabalhos dos constituintes. "Se o conteúdo do livro não representa basicamente as metas da Constituinte, no mínimo ele deve refletir os sentimentos coletivos, que são de grande interesse dos constituintes. A característica básica dessa Constituição é saber até onde ela vai permitir a participação popular. E o fato de uma só secretaria de Estado reunir cerca de cinco mil sugestões do povo paulista representa o desejo de participação da população, apesar de ela ter escolhido os seus representantes."

Já o deputado Guilherme Afif Domingos (PL), que também não conhece o livro, tem outra opinião a respeito dele. "O livro pode ser uma excelente amostragem do grau de desinformação e do desconhecimento do povo sobre o que é uma Constituinte. Seria importante ao próprio governador, com base nessa amostragem que tem em mãos, que começasse uma campanha de esclarecimento para que a massa não fique esperando da Constituinte a solução dos seus problemas. Talvez esse livro confirme o excelente discurso do ministro Moreira Alves (do STF), que foi inclusive criticado por grande parte do PMDB, partido do qual o governador faz parte."

Para o deputado Gastone Righi (PTB), que também não conhece o livro e gostaria de conhecê-lo, o conteúdo desse exemplar reflete o pensamento popular e, em razão disso, pode ser útil para que os constituintes tirem uma média da opinião da sociedade a respeito de suas expectativas. O livro, segundo disse, poderá servir apenas como um termômetro, para conhecer o pensamento da população e, assim, permitir aos constituintes a elaboração de discursos esclarecedores sobre o que é a Constituição. "Mas, para base de um trabalho constituinte, o livro não ajuda em nada."